

José Renato Nalini (Ex-Secretário de Estado da Educação)
Advgado: João Baptista de Freitas Nalini (OAB/SP n. 334.820).

Alessandro Mendes Rodrigues – Prefeito
MATERIAL: Prestação de Contas – Convênio
OBJETO: Transporte escolar
EXERCÍCIO: 2017

Ofício-se a Diretoria de Ensino – Região de Apiaí - Secretaria de Estado da Educação, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, informe quanto ao cumprimento do ajustado no Termo de Reconhecimento e Parcelamento de Débito, celebrado em 16/10/2020[1].

Publique-se.
PROCESSO: TC-023686.989.19-5
CONTRATANTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP (CNPJ 43.776.517/0001-80)
ADVOGADO: MIEKO SAKO TAKAMURA (OAB/SP 187.939)
RESPONSÁVEIS: Paulo Massato Yoshimoto- Diretor Metropolitano; Guilherme Machado Paixão - Superintendente

CONTRATADO(A): Consórcio Entel: Flexdril (Composto pelas empresas Enotec Engenharia Obras e Tecnologia Ltda. e Flexdril Perfuração Horizontal Ltda. - EPP)
Representante Legal: José Wilson Barreto Gomes
OBJETO: Execução das obras para implantação de redes coloradas, coletores tronco, esteiras elevatórias e linhas de recalque de esgoto nos bairros Parque América e Vila Fardiane do município de Rio Grande da Serra – Unidade Negócio Sul – Diretoria Metropolitana – M.

MATERIAL: Acompanhamento da Execução do Contrato n. 537/18.

EM EXAME: Pedido de prorrogação de prazo para manifestação, formulado pela Contratante, por meio de sua advogada (evento 74).

PROC. PRINCIPAL: TC-23335.989.19-0
Concedido 10 (dez) dias adicionais, contados a partir da publicação, para cumprimento do despacho inserido no evento n. 64.

Publique-se.
PROCESSO: TC-025713.989.20-0
CONTRATANTE: COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRO (CNPJ 62.070.362/0001-06)
ADVOGADO: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / MARCIA BETANIA LIZARELLI LOURENÇO (OAB/SP 123.387) / MARCELO HIROYUKI SATO (OAB/SP 211.348) / CYNTHIA NOCE (OAB/SP 227.765) / MARCELO KARAM DELBIM (OAB/SP 257.461) / TADEU ALVAREZ TELES (OAB/SP 302.322) / JULIANA TSIZURU MIASHIRO (OAB/SP 305.045)

RESPONSÁVEIS: Silvani Alves Pereira – Diretor Presidente; Milton Pinto da Silva Júnior – Diretor de Logística; Milton Gioia Júnior – Diretor de Operações
CONTRATADO(A): KNORR BREMSE SISTEMAS PARA VEÍCULOS FERROVIÁRIOS LTDA. (CNPJ 00.264.988/0001-90)

OBJETO: Aquisição de unidades compressoras, modelo WV120
EM EXAME: Acompanhamento de Execução do Contrato n. 1001527401, vigente até 15/12/2021.

PROC. PRINCIPAL: TC-25335.989.20-8
Com fundamento no artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem NOTIFICADA a tomar ciência do relatório constante do evento n. 83 para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará do relatório final da Fiscalização a ser emitido após o encerramento do Contrato, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processos eletrônicos, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processos: TC-016566.989.21-6
Contratante: Departamento de Estradas de Rodagem - DER
Responsáveis pela Contratante: Paulo Cesar Tagliavini - Superintendente

Contratada: Compec Galassid Engenharia e Construções Ltda.

Responsável pela Contratada: José Francisco Ribeiro Galasso
Objeto: Contratação de obras e serviços de recuperação da pista, pavimentação dos acostamentos e implantação de falhas adicionais da SPI 177/342 do KM 0,00 ao KM 22,9 - trecho Mogi Guaçu – Itapira.

Em exame: Solicitação de dilação de prazo formulada pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER, para atendimento à Requisição nº 14/2021 - evento nº 18.

Concedo, excepcionalmente, 10 (dez) dias adicionais para atendimento à Requisição de documento emitida pela Fiscalização.

Alerte-se, contudo, que o envio intempestivo de documentos pode prejudicar o fiel cumprimento dos rotineiros de fiscalização, cabendo aos órgãos jurisdicionais planejamento para que atrasos do tipo sejam evitados, sob risco de incidência da pena pecuniária prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Publique-se.
Processo: TC-007156.989.20-4
Órgão: Prefeitura Municipal de São José da Bela Vista (CNPJ nº 59.851.600/0001-06)

Responsável: Walter Cássio Carvalho Facciolli – Prefeito
Matéria: Contas de Prefeitura – Relatório referente ao 2º Quadrimestre

Exercício: 2021
Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem notificada a tomar ciência do relatório da fiscalização referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2021 (evento 51) para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará do relatório final da Fiscalização relativo à competência de 2021, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-007885.989.21-0 (contrato de gestão)
Contratante: Prefeitura Municipal de Várzea Paulista (CNPJ nº 45.780.087/0001-03)

Responsáveis: Rodolfo Wilson Rodrigues Braga – Prefeito
Juvenal Rossi – Ex-Prefeito
Organização Social: Instituto Social Saúde Resgate e Vida (CNPJ nº 07.900.613/0001-24)

Responsável: Ricardo Emiliano Rodrigues Sanches - Presidente

Assunto: Seleção de organização social, com experiência de gestão técnica administrativa para cogestão do hospital municipal Dr. Alcípio da Silva Oliveira Junior e a uma (unidade de pronto atendimento) compreendendo a administração, manutenção, gerenciamento da prestação dos serviços de saúde prestados nas unidades

Contrato de gestão nº 81/2020, vigência de 01/10/2020 a 30/09/2021, valor de R\$ 12.684.318,59

Em exame:
Pedido de dilação de prazo por 15 (quinze) dias para apresentação de justificativas, formulado pelo Instituto Social Saúde Resgate e Vida, por meio de seus representantes Giuliano Candeliero Picchi, OAB/SP 166.536 e Thayana A. Fantini, OAB/SP 183.763 (Evento 90)

Concedo prazo adicional de 10 (dez) dias para apresentação de justificativas.

Publique-se.
Processo: TC-007043.989.21-9

Processo Principal: TC-006909.989.20-4 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Panorama (CNPJ nº 44.918.712/0001-60)

Responsável: Carlos Hiroci Outi- Prefeito
Assunto: Fiscalizações Ordenadas – Exercício de 2021
Em exame: III Fiscalização Ordenada - Obras Paralisadas (evento 45)

Relatório da inspeção realizada na III Fiscalização Ordenada – Obras Paralisadas - traçamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Informe, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Administração na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-00003283.989.20-4
Órgão: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista (CNPJ nº 46.429.379/0001-50)

Responsável: Vanderlei Borges de Carvalho – Prefeito à época

Assunto: Contas de Prefeitura – Exercício de 2020
Com fundamento no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93 c/c artigo 194 do Regimento Interno, NOTIFICO responsável em epígrafe para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do apontado pela Fiscalização (evento nº 53) e apresente esclarecimentos.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-00003283.989.20-0
Órgão: Prefeitura Municipal de Lins (CNPJ nº 44.531.788/0001-38)

Responsáveis: Edgar de Souza – Prefeito (01/01/2020 a 10/08/2020), com mandato extinto em 10/08/2020 por decisão judicial)

Lucas Pavezzi Ferreira – Secretário Municipal de Negócios Administrativos (responsável pela Prefeitura em 11/08/2020)
José Roberto Darzi – Presidente da Câmara Municipal de Lins (responsável pela Prefeitura de 12/08/2020 a 09/10/2020)
Akio Matsura – Prefeito eleito para o período de 10/10/2020 a 31/12/2020

Advogados: Daniela Renata Ferrer de Mello (OAB/SP nº 126.280); Jaqueline Garcia (OAB/SP nº 142.762); José Augusto Fukushima (OAB/SP nº 167.739) e outros.

Assunto: Contas de Prefeitura – Exercício de 2020
Com fundamento no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93 c/c artigo 194 do Regimento Interno, NOTIFICO responsáveis em epígrafe para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tomem conhecimento do apontado pela Fiscalização (evento nº 71) e apresentem esclarecimentos.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-00004784.989.20-4
Órgão: Fundação Baunseure de Estudos Odontológicos - FUNBEO (CNPJ nº 50.839.620/0001-97)

Responsável: Professora Dra. Daniela Gamba Garib Carreira – Diretora Presidente.

Objeto: Balanço Geral – Contas do exercício de 2020
Face aos apontamentos da Fiscalização (evento nº 24), com fundamento no artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, NOTIFICO responsável em epígrafe para, observado o prazo de 15 (quinze) dias, pronunciar-se nos autos.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-00006821.989.20-9
Órgão: Prefeitura Municipal de Igaratá (CNPJ nº 46.694.147/0001-20)

Advogado: Luan Aparecido de Oliveira (OAB/SP nº 387.051)
Responsável: Elzo Elias de Oliveira Souza – Prefeito

Advogado: Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP nº 242.953); Yuri Marcel Soares Oates (OAB/SP nº 305.226); e Rafael Cezar dos Santos (OAB/SP nº 342.475).

Assunto: Acompanhamento das Contas de Prefeitura – Relatório referente ao 2º quadrimestre de 2021 – evento nº 54

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem notificada a tomar ciência do relatório da Fiscalização referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2021 (evento nº 54) para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará do relatório final da Fiscalização relativo à competência de 2021, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-00006839.989.20-9
Órgão: Prefeitura Municipal de Itatinga (CNPJ nº 46.634.127/0001-63)

Responsável: João Bosco Borges – Prefeito
Assunto: Acompanhamento das Contas de Prefeitura – Relatório referente ao 2º quadrimestre de 2021

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem notificada a tomar ciência do relatório da Fiscalização referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2021 (evento nº 46) para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará do relatório final da Fiscalização relativo à competência de 2021, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-00006975.989.20-3
Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras (CNPJ nº 46.371.654/0001-22)

Advogado: Jorge Alberto Galimberti (OAB/SP nº 238.358)

Responsável: José Crecentino Bussaglia – Prefeito

Assunto: Acompanhamento das Contas de Prefeitura – Relatório referente ao 2º quadrimestre de 2021 – evento nº 47

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem notificada a tomar ciência do relatório da Fiscalização referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2021 (evento nº 47) para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará do relatório final da Fiscalização relativo à competência de 2021, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-00007218.989.21-8
Principal: TC-00007201.989.20-9 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Ibiúna (CNPJ nº 46.634.531/0001-37)

Responsável: Paulo Kenji Sasaki – Prefeito
Assunto: Fiscalizações Ordenadas – Exercício de 2021

Em exame: III Fiscalização Ordenada - Obras Paralisadas - evento 37

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem NOTIFICADA a tomar ciência do relatório da III Fiscalização Ordenada, dedicada à verificação de obras paralisadas (evento 37) para adoção e eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará de item específico quando da análise por este Tribunal das contas relativas à competência de 2021, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-00007310.989.20-7

Órgão: Prefeitura Municipal de Piracicaba (CNPJ nº 46.344.338/0001-29)

Advogados: Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos (OAB/SP nº 69.842); e Renato Alves de Oliveira (OAB/SP nº 277.391)

Responsável: Luciano Santos Tavares de Almeida – Prefeito
Assunto: Acompanhamento das Contas de Prefeitura – Relatório referente ao 2º quadrimestre de 2021 – evento nº 47.

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem notificada a tomar ciência do relatório da Fiscalização referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2021 (evento nº 47) para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará do relatório final da Fiscalização relativo à competência de 2021, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-00011429.989.20-5 (Prestação de Contas)

Processo Principal: TC-00011380.989.17-8 (Contrato de Gestão)

Contratante: Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde - CGCSS - Secretaria da Saúde (CNPJ nº 46.374.500/0156-20)

Contratado: Pela Contratante: José Henrique Germann Ferreira (Secretário de Estado da Saúde de 01/01/2020 a 14/02/2020 e de 19/02/2021 a 21/07/2020)

Alberto Hideki Kanamura (Secretário de Estado da Saúde Substituto de 15/02/2020 a 18/02/2020)

Jeancarlo Gorincheytn (Secretário de Estado da Saúde de 22/07/2020 a 31/12/2020)

Organização Social: Immandade da Santa Casa de Andradina (CNPJ nº 43.535.210/0001-97)

Responsável pela OS: Fábio Antônio Obici – Diretor Presidente

Manoel Teixeira de Freitas Filho – Diretor Presidente Substituto
Gerenciada: Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Fernandópolis – Immandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis (CNPJ nº 47.844.287/0003-61)

Advogados: Galber Henrique Pereira Rodrigues (OAB/SP nº 213.199); e Wesley Edson Rosseto (OAB/SP nº 220.718)

Assunto: Contrato de Gestão – Operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde na Unidade de Reabilitação Lucy Montoro em Fernandópolis.

Em exame: Prestação de Contas do Exercício de 2020.

Face aos apontamentos da Fiscalização (evento nº 75), com fundamento no artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, NOTIFICO responsáveis em epígrafe para, observado o prazo de 15 (quinze) dias, pronunciar-se nos autos.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Processo: TC-00016953.989.21-3

Contratante: Prefeitura Municipal de Ithabela (CNPJ nº 46.482.865/0001-32)

Responsáveis pela Contratante: Antonio Luiz Colucci – Prefeito

Nanci Peres de Araújo Zanato – Secretária de Desenvolvimento e Inclusão Social

Contratado: Comercial João Afonso Ltda. (CNPJ nº 53.437.315/0001-67)

Advogado: Luis Gustavo Vedovato (OAB/SP nº 366.547)

Responsável pelo Contratado:

Despachos: Proferidos – Sécio proprietário
Assunto: Dispensa de Licitação Contrato nº 036/2021, celebrado em 31/05/2021. Objeto: Aquisição de cestas básicas para atendimento à população em situação de vulnerabilidade social.

Face aos apontamentos da Fiscalização (evento nº 28), com fundamento no inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar n. 709/93, NOTIFICO responsáveis em epígrafe para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, adotem providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou apresentem justificativas.

Em igual interregno, faculto à Contratada a apresentação de alegações de interesse.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.
Despachos: Proferidos PELO CONSELHEIRO EDGARDO CAMARGO RODRIGUES

Processo: TC-002250.989.21-7

Representante: Bruno da Costa Rossini, advogado inscrito na OAB/SP sob nº 400.874

Representada: Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Responsáveis: Alessandro da Silva Firmino, Presidente; Jonas Samuel Silva de Souza, Coordenador Administrativo

Objeto: Impugnação em face do edital de Pregão Eletrônico nº 01/2021, que objetiva a “implantação, licença de uso e manutenção de sistema integrado de gestão”.

Advogado: Alexandra Christino da Silva, OAB/SP nº 231.852

Regime de Licitação: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Sessão Pública: 12 de novembro de 2021.

Data da Impugnação: 10 de novembro de 2021.

Bruno da Costa Rossini formou representação em face do edital de Pregão Eletrônico nº 11/2021, promovido pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto, que objetiva a “implantação, licença de uso e manutenção de sistema integrado de gestão”, com sessão de abertura agendada para 12 de novembro de 2021.

Segundo o autor, ressente-se o ato convocatório de expressa indicação dos integrantes da comissão responsável pela a instalação da prova de conceito, dada a inferir violação aos princípios da publicidade e julgamento objetivo.

Sem localizar informações quanto ao número de usuários que serão submetidos ao treinamento, ou, ainda, ao formato e volume de dados suscetíveis de conversão e migração à plataforma eletrônica ambicionada pela Origem, assevera que o edital sequer oferece parâmetros suficientes para a elaboração das propostas.

Volta-se contra os critérios de aferição da capacidade operacional, por entender que a exigência de atestados do desempenho anterior demanda a estipulação de quantitativos consentâneos à proporção de 50 a 60% do objeto, nos moldes do enunciado sumário nº 24 desta Corte, que, via reflexa, colíria genérica demonstração do traqueio com serviços similares.

Dando falo da concessão de prazo para configuração dos requisitos operacionais passíveis de apreciação na etapa de aceitabilidade do sistema, crítica previsão de desclassificação da vencedora provisória que, mesmo atingindo pontuação mínima equivalente a 70% dos itens, depar de atender “operações costumeiras desenvolvidas por uma Câmara Municipal”, conjuntura na qual divisa ampla margem de subjetividade, em detrimento do caráter isonômico e competitivo do certame.

Além de sustentar que a subordinação dos pagamentos à prévia verificação da regularidade fiscal e trabalhista sugere imprópria retenção de valores por serviços já prestados, aponta incongruências na definição dos marcos temporais para finalização dos trabalhos.

Alude, em especial, ao contraste entre a minuta contratual, que estipula a implantação do software até 31 de dezembro de 2021, e o ato convocatório, cuja cláusula 9.1.2 orienta que as propostas comerciais compreendam gastos estimados para o interregno de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, sem embargo da possibilidade de vigência do ajuste por período inferior.

Vislumbra contradições também na redação do item 1.1.4 do Termo de Referência, que ora prescreve a concepção do módulo de gestão de frotas pelo mesmo desenvolvedor dos aplicativos de controle de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, ora autoriza sua delegação a fornecedor externo.

Postula a expedição de medida liminar suspensiva do procedimento para consequente retificação dos tópicos de insurgência.

São fatos.
Análise preliminar das questões declinadas na inicial autoriza presunção de afronta ao artigo 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e artigo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 10.520/02, recomendando seja dado curso à devida averiguação.

De um lado, e ao menos em princípio, a renúncia à prerrogativa de fixação de quantitativos mínimos para demonstração da experiência prévia não parece fustigar a teleologia que inspira o conteúdo e alcance da Súmula nº 24, desde que não haja inabilitações decorrentes da insuficiência de índices percentuais.

Tampouco se antevê pretexto para o enriquecimento ilícito do erário, eis que, à luz do artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, os instrumentos contratuais submetidos ao regime jurídico administrativo devem conter cláusula que atribua à contratada o ônus de manter as condições de habilitação e qualificação ao longo da execução do ajuste, plausível a incorporação de cautelas dedicadas à conferência periódica dos quesitos de regularidade fiscal e trabalhista.

Recorda-se, todavia, que, na esteira da firme jurisprudentia deste Tribunal, sobretudo em licitações destinadas à obtenção de soluções tecnológicas, impõe-se a evidencição, nas regras de acesso à disputa, da estrutura dos dados que serão convertidos, formato atual e tamanho da base, quantidade de registros, número de usuários que receberão o treinamento, conteúdo programático e carga horária, prazo entre a conclusão da fase de lances e o início da apresentação das funcionalidades do sistema, cronograma de realização da prova de conceito e identificação da comissão técnica responsável pelo julgamento.

Por tanto, do cotejo entre o texto convocatório e as queixas do representante, despontam verossímeis indícios da precariedade de elementos para confecção das propostas e da presença de dispositivos teoricamente inidôneos entre si.

É a questão posta, em face de cognição sumária, para sinalizar possível violação às direttrizes que norteiam o instituto da licitação, panorama suficiente à concessão da medida suspensiva pleiteada.

Oportuno que, em acréscimo às controvérsias aventadas pelo autor, se esclareça potencial discrepância entre a disposição do item 14.1 do edital, segundo a qual “a contratação será formalizada por meio de Nota de Empenho”, e a inclusão de minuta de contrato no subsequente Anexo IV.

Nestas particulares condições, considerando que 12 de novembro próximo é a data designada para realização da sessão pública, recebo a matéria para processamento sob o rito de Exame Prévio de Edital, na conformidade do artigo 220 e seguintes do Regimento Interno, e determino suspensão do Pregão Eletrônico nº 11/2021, empreendido pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

Determino, ainda, que a autoridade responsável abstenha-se de recepção de manifestações corretivas no instrumento convocatório até deliberação definitiva desta Corte, ressalvada a hipótese de anulação ou revogação do torneio, que, se efetivada, deverá ser imediatamente comunicada no processo, com encarte de prova respectiva publicação.

Notifique-se o Presidente do Legislativo de Ribeirão Preto para que encaminhe a este Tribunal, em 48 (quarenta e oito) horas, inteiro teor do edital (ou certificação de que a versão apresentada pelo representante corresponde fielmente ao original), acompanhado de informações sobre eventuais publicações, esclarecimentos, impugnações ou recursos administrativos, como também de razões de interesse.

A íntegra dos autos poderá ser obtida mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página